

**ATA DA 5ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA
PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS – CTOC.**

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h15min., presencialmente no Auditório Arne Sucksdorff – Sede da SEMA, Cuiabá/MT, ocorreu a 5ª Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTOC, instituída pela Resolução CEHIDRO nº 191, de 08 de maio de 2025, com a seguinte pauta: I. Apresentação acerca das modalidades adotadas e critérios técnicos utilizados na cobrança pelo uso de recursos hídricos no âmbito das Bacias PCJ. Estavam presentes os membros: Sra. Lilian Fátima de Moura Apoitia, representante da **SEMA**; Sra. Dirce Inês de Campos Mesquita, representante da **SINFRA**; Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representante da **ABES**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante dos **CBH da RH Amazônica - vaga 02**; Sr. Dione Aparecido Castro, representante da **FAMATO**; Sr. José Carlos Bazan, representante do **ITEEC**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite, representante do **INSTITUTO AÇÃO VERDE**; e, Sr. Vinícius Mendonça Vieira, representante da **AGEMAT**. Registrou-se a presença do convidado: Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ. Outrossim, registrou-se a presença: Telles de Oliveira Cruz – **FAMATO**, Fabrícia Armando Favaretto – **CBH Sepotuba**, Sandra Maria Netto – **CBH Jauru**, Ailton Carlos da Fonseca – **DUD Rondonópolis**, Mariana Silva Ferruro – **SURH/SEMA**, Imaculada Barbosa – **SURH/SEMA**, Rodrigo Nuss – **Águas Cuiabá**, Joel Aleixo de Castro – **EMPAER**, Ethiane Agnoletto – **CBH Médio Teles Pires**, Emanuelle M. Logrado - **DUD Rondonópolis**, Tania de Fátima de Deus Rosa – **GFAC/SEMA**, Rosiane Tapajós da Silva – **SEDEC**, Liana Vicuña N. dos Santos – **SEDEC**, Danielly Gomes dos Santos Sobrinho – **IAV**, Jhonatan Barbosa da Silva – **CBH Jauru**, Marcelus Mesquita – **SINDENERGIA**. O presidente deu início a reunião, agradecendo a presença e disponibilidade do Sr. Ivens de Oliveira em estar realizando essa valiosa contribuição aos membros da câmara técnica. Durante a reunião, foi apresentada a experiência das Bacias PCJ quanto à implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, destacando-se aspectos institucionais, operacionais e metodológicos. Inicialmente, foram expostos os resultados obtidos ao longo dos anos, evidenciando a arrecadação

significativa de recursos financeiros e sua aplicação em projetos de saneamento, monitoramento hidrológico, proteção de mananciais, controle de perdas hídricas e educação ambiental. Ressaltou-se que tais investimentos contribuíram para melhorias expressivas nos indicadores de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto nas bacias. Foi enfatizada a importância do planejamento na gestão dos recursos arrecadados, estruturado a partir do Plano de Recursos Hídricos, desdobrado em instrumentos de médio e curto prazo, como planos plurianuais e orçamentos anuais, todos aprovados pelos Comitês de Bacia. Destacou-se ainda que a cobrança é um instrumento de gestão que deve estar integrado à outorga, ao enquadramento dos corpos d'água e aos sistemas de informação. No âmbito metodológico, foram apresentados os critérios de cobrança adotados, incluindo preços unitários básicos para captação, consumo e lançamento de efluentes, bem como a aplicação de coeficientes ponderadores. Esses coeficientes permitem diferenciar valores conforme características como tipo de uso, fonte hídrica (superficial ou subterrânea), classe do corpo d'água, disponibilidade hídrica, sazonalidade e práticas de uso racional da água. Também foram discutidos mecanismos de incentivo e compensação, como descontos para usuários que adotam boas práticas ou realizam medições adequadas de consumo. Nesse contexto, destacou-se a importância da medição como fator de justiça tarifária, diferenciando usuários que apresentam dados confiáveis daqueles que não possuem controle de uso. Outro ponto abordado foi a progressividade na implementação da cobrança, considerada uma estratégia essencial para garantir a aceitação do instrumento pelos usuários e minimizar impactos econômicos. Ressaltou-se que o processo deve ser amplamente pactuado no âmbito dos comitês de bacia, assegurando participação dos diversos segmentos. Por fim, foram discutidas diferentes formas de operacionalização da cobrança, incluindo modelos com base em medição direta ou autodeclaração, além dos desafios administrativos associados à gestão do sistema, reforçando a necessidade de simplificação para garantir eficiência e compreensão pelos usuários. Nada mais havendo a tratar, às 17h30min., o Presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos e, eu, Danielly Guia da Silva, lavrei a presente ata.

67
68
69

Dione Aparecido Castro

Presidente da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos
Hídricos – CTOC